



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Belo Oriente – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Belo Oriente	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise temática	36
3.3	Diagnóstico de Comunidade Próxima ao Rio Doce	90
3.4	Clipping de notícias	93
3.5	Textos acadêmicos	97
4	Síntese - potencialidades e fragilidades observadas	101
4.1	Turismo	101
4.2	Cultura	101
4.3	Esporte e Lazer	102
5	Avaliação de Impactos	105
5.1	Metodologia	105
5.2	Resultados	125
6	Creditos e Referências	136

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização do município de Belo Oriente.....	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Belo Oriente.....	40
Figura 8 Imagens das Jaqueiras de Belo Oriente.....	60
Figura 9 Imagens de Alto do Galo e Cachoeira Escura, atrativos naturais localizados na APA Belo Oriente.....	61
Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	63
Figura 11 Grupo Grace, de Cachoeira Escura	70
Figura 12 : Banda Canto do Galo	71
Figura 13 Apresentação teatral na Feira Literária, na Escola Antônio Firmino	72
Figura 14 Aulas de violão na Casa de Madeira	73
Figura 15 Projeto Cultural Cordeis do Cofundó	74
Figura 16 Tapetes Devocionais de Corpus Christi	75
Figura 17 Cerimônia de Marujada na Festa de Nossa Senhora do Rosário.....	76
Figura 18 Festa do Boi Balaio	77
Figura 19 Encontro de Cavaleiros	78
Figura 20 Festa do Chapéu de Palha	79

Figura 21 Casa Escola	81
Figura 22 Cruzeiro na esquina da Rua 1º de Março com Av. Brasil	81
Figura 23 Sino da Igreja Matriz.....	82
Figura 24 Mapa de localização da comunidade de Pérpetuo Socorro	91
Figura 25 Nuvem de termos referente ao Clipping de Belo Oriente	96
Figura 26 Modelo de Gráfico de Radar	111
Figura 27 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	112
Figura 28 Classificação da Significância de Impactos	113

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Belo Oriente.....	35
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	126
Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo	128
Gráfico 4 Impacto nos atrativos turísticos.....	129
Gráfico 5 Impacto sobre a Pesca Amadora	130
Gráfico 6 Impactos sobre comunidade	132

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Belo Oriente e de Minas Gerais (%).....	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Belo Oriente e de Minas Gerais.....	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Belo Oriente e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010) .	32

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Belo Oriente e de Minas Gerais (2010 – 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Belo Oriente.....	38
Tabela 8 Meios de Hospedagem em Belo Oriente	47
Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Belo Oriente.....	49
Tabela 10 Espaço para eventos	55
Tabela 11 Locais e templos de fé de Belo Oriente	56
Tabela 12 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Belo Oriente 2014-2015.....	66
Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Belo Oriente 2013-2017	68
Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Belo Oriente 2014-2016.....	68
Tabela 15 Atrativos culturais	69
Tabela 16 Bens Culturais Município de Belo Oriente	82
Tabela 17 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer	88
Tabela 18 Clipping de notícias – Belo Oriente.....	93
Tabela 19 Síntese de citações	98
Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	106
Tabela 21 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	108
Tabela 22 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	133
Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em Belo Oriente	136
Tabela 24 Equipe Técnica	136

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Belo Oriente, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Belo Oriente aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

3 Diagnóstico Socioeconômico, Município de Belo Oriente/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Belo Oriente. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Belo Oriente

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A região na qual se localiza Belo Oriente foi originalmente habitada por índios da tribo dos Botocudos, que viviam próximo à margem do rio Doce. Posteriormente, com a chegada do Barão de Mesquita, seus familiares e escravos, formou-se o povoado de Piedade do Galo (IBGE, 2016).

Posteriormente, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o povoado tornou-se distrito denominado Belo Oriente. Este subordinado ao município até 1º de julho de 1960 (IBGE, 2016).

Em 1962, com a Lei Estadual nº 2.764, Belo Oriente se emancipa de Mesquita, sendo instalado em 1º de março de 1963 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos geográficos: área e temperatura

O município de Belo Oriente possui área de 338,72 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Ipatinga. Sua temperatura média é de 28,3° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Açucena, Mesquita, Santana do Paraíso, Ipaba, Iapu e Naque. Belo Oriente conta com os distritos de Bom Jesus do Bagre, Perpétuo Socorro e São Sebastião de Braúnas (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de Belo Oriente em 2016 era de 25.895 pessoas e sua densidade demográfica de 69,07 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Belo Oriente foi de 1,73%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,83%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 83,1%, em 2000, ascendeu de modo pouco significativo em 10 anos, passando para 84,12%, em 2010. Valor aproximado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Belo Oriente é um município predominantemente urbano.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Belo Oriente e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Belo Oriente	População urbana	74,68	83,10	84,12
	População rural	25,32	16,90	15,88
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Belo Oriente era composta por 49,67% de homens e 50,33% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi

de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Belo Oriente, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 36,5%, em 1991, para 14,9%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (5,7%, em 1991, para 18,9%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, somente 0,8% da população de Belo Oriente possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Belo Oriente possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Belo Oriente, no ano 2000, a razão de dependência foi de 59%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 49,09%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 6,91% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Belo Oriente e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Belo Oriente	Razão de dependência	72,92%	59,00%	49,09%
	Taxa de envelhecimento	4,53%	5,60%	6,91%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Belo Oriente e o estado, especialmente naquilo que se refere à razão de dependência.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Belo Oriente se dá pela via terrestre.

O município é atendido pela BR-381 e pela MG-758⁸, situando-se a 256 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (43 Km) e Governador Valadares (93 Km). Estradas vicinais dão acesso a localidades rurais e aos distritos. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Saritur (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O acesso ao meio ferroviário se dá em Ipatinga, que possui estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Também em Ipatinga se encontram os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que o município conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

⁸ A MG-758 se liga à BR-381 e à BR-259.

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Belo Oriente conta com a empresa Tim como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6, abaixo, aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de Belo Oriente.

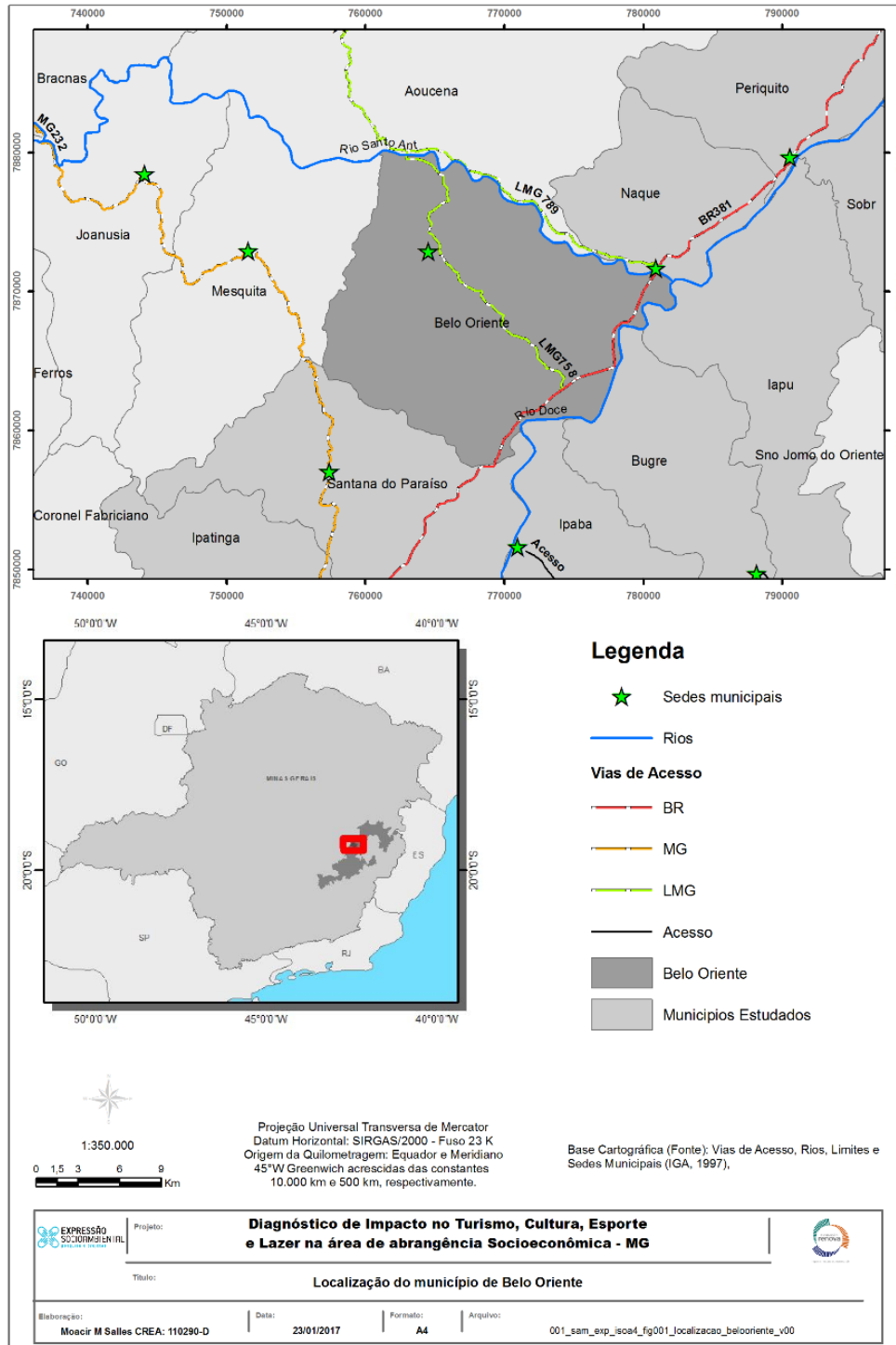


Figura 6 Mapa de localização do município de Belo Oriente

Elaboração: Expressão Socioambiental

3.1.5 Desenvolvimento humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Belo Oriente, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,304 do IDHM total, 0,207 do IDHM longevidade, 0,157 no IDHM renda e 0,421 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Belo Oriente e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Belo Oriente	0,382	0,544	0,686	0,606	0,711	0,813	0,498	0,569	0,655	0,185	0,397	0,606
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Belo Oriente foi de 0,686 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,185 para 0,606.

No entanto, observa-se que o IDHM de Belo Oriente manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: principais atividades econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Belo Oriente, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de -23,6%, entre 2010 e 2011, para 3,8%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registrou taxa de crescimento médio anual de -9,13% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Belo Oriente cresceu significativamente menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Belo Oriente e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Belo Oriente	1.315.137	-23,6	1.215.646	-7,6	1.261.557	3,8
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

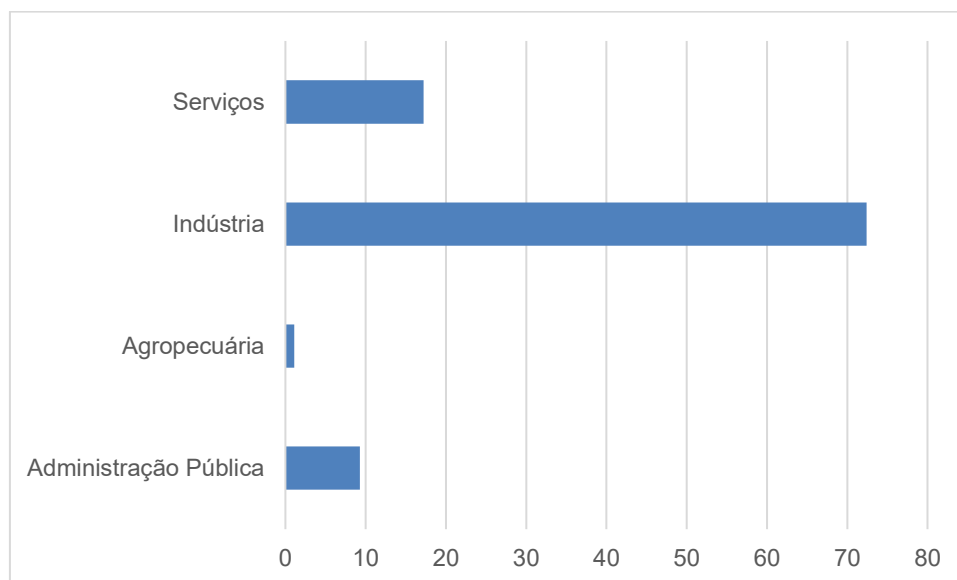
No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$6.127,00, em 2010, e R\$7.186,00, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Belo Oriente encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 9,3% e 17,2%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Belo Oriente



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outra atividade que se destaca na economia local está relacionada à indústria, correspondente a 72,4%. À agropecuária corresponde a 1,1%. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (PRÁXIS, 2016). Observa-se, portanto, que o município apresenta maior preponderância do setor industrial que a média dos municípios mineiros.

3.1.6.3 Emprego e estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Belo Oriente possuía 5.985 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 9.062 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Belo Oriente	5.985	9.062
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 1,48 mil empregos em 27 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, emprega 1,17 mil em 11 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 983 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Belo Oriente. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Belo Oriente para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Belo Oriente, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Belo Oriente 69 bens, serviços e atrativos.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Belo Oriente

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	50
Equipamento de hospedagem	8
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	24
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	14
Serviços e equipamentos para eventos	3
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	3
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	4
Atrativo natural	2
Atrativo cultural	2
Diversidade Cultural	5
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	3
Gastronomia	0
Total	69

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

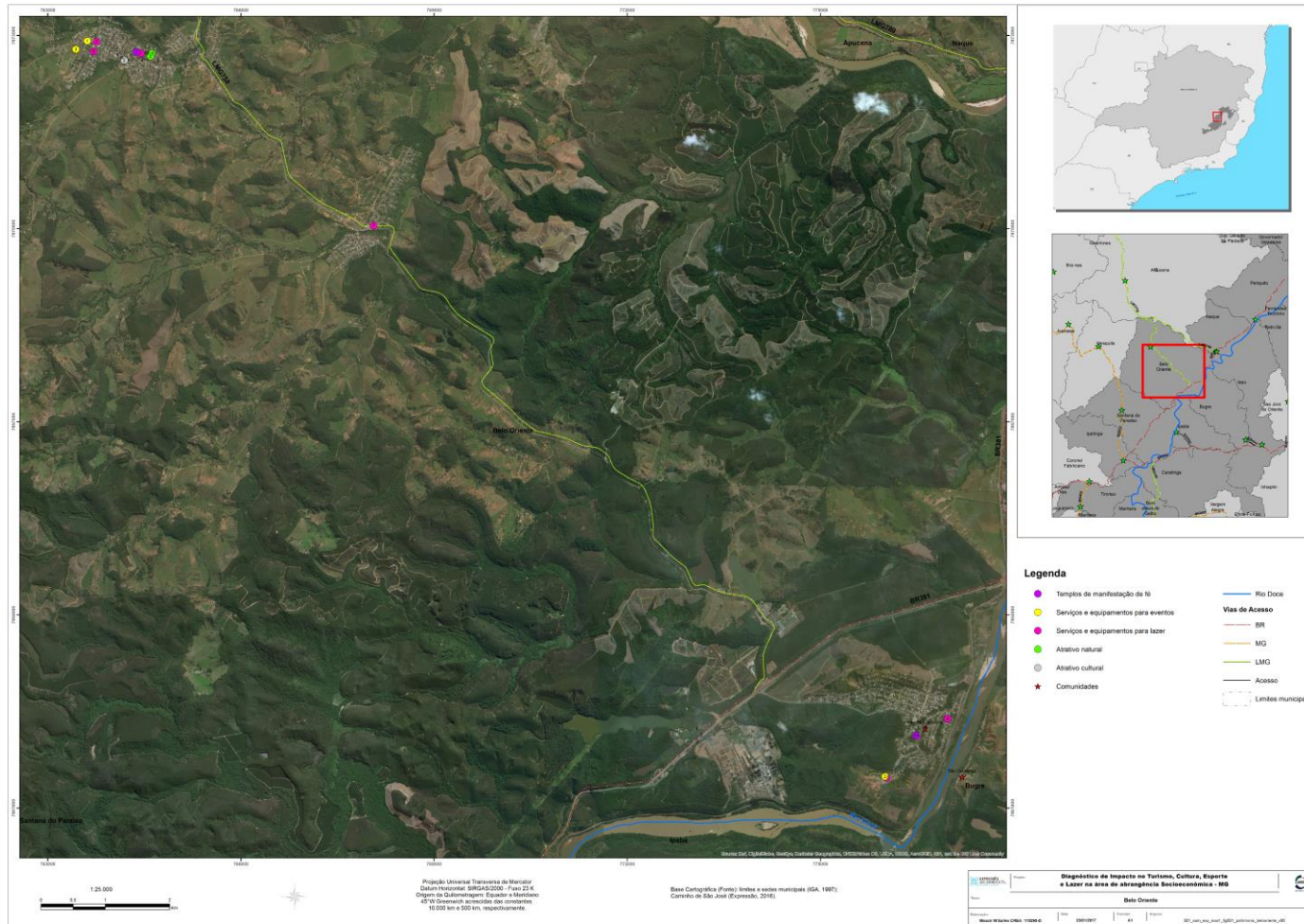


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Belo Oriente

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de gestão

As diretrizes nacionais sobre o turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Esta se

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo.

Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Belo Oriente não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” À época apenas 44 municípios mineiros contavam com tais políticas.

A gestão da política de turismo em Belo Oriente é uma atribuição da Gerência Municipal de Turismo, vinculada à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Todavia, o referido órgão não possui Plano Municipal de Turismo, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística municipal, para orientar a sua atuação.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico.
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

3.2.1.1.2 Mecanismos de participação

Belo Oriente possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, instituído pela Lei nº 796 de 2006 como principal mecanismo de participação e controle social na política de turismo local. Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

A Lei nº 1.124, de 15 de maio de 2013, altera alguns artigos da Lei nº 796 de 2006 de instituição do referido Conselho, dessa forma, fica estabelecido que este órgão colegiado é deliberativo, consultivo, de assessoramento e fiscalização, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Estabelece ainda que sua composição é majoritariamente de representantes da sociedade civil:

Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) será constituído por 11 (onze) membros efetivos e 11 (onze) suplentes, representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SMTDE;

II - Secretaria Municipal de Educação & Cultura – SMEC;

III - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos- SMO;

IV – Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;

V - Associação Comercial e Prestador de Serviços de Belo Oriente;

VI – Celulose Nippo-Brasileira S/A – CENIBRA;

VII – Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER;

VIII – Representantes de Hotéis e Restaurantes do Município;

IX – Representantes do Setor de Comunicação do Município;

X – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente;

XI – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA.

3.2.1.1.3 Financiamento e fomento

A FJP mede o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹¹”. “Os gastos orçamentários de Belo Oriente na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

Todavia, o município possui Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, cuja gestão é uma atribuição da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Informa-se que já foram aprovados projetos fomentados com recursos do referido Fundo. O município, porém, não dispõe de legislação de incentivo ao turismo, que poderia ser um instrumento de fomento da atividade no município, e não dispõe de mecanismos de financiamento da política de turismo, dessa forma, utiliza de apoio não financeiro para fomentar iniciativas no setor.

3.2.1.1.4 Programas, projetos e práticas

O Município de Belo Oriente participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Belo Oriente integra o Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas, constituído por oito municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo. “Em cada um desses municípios encontra-se uma porção da riqueza natural da região. Dentre

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

seus atributos citam-se a maior reserva contínua de Mata Atlântica, o terceiro maior complexo lacustre da América Latina, com 42 lagoas, a presença de mais de 1.000 espécies de vegetais e animais. Somam-se a isso cachoeiras, trilhas, natureza preservada, boa acolhida, história e modernidade” (CIRCUITO MATA ATLÂNTICA, 2016¹²).

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, por meio da qual receberá em 2017, ano de referência 2015, o montante de R\$ 2.563,08¹³. O ICMS Turístico tem por objetivo investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/equipamentos de apoio turístico

O levantamento de dados realizado em Belo Oriente, entre os meses de novembro e dezembro de 2016, possibilitou diagnosticar que o município não possui infraestrutura básica de atendimento ao turismo.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”, disponíveis no formulário B1. Com base em tal definição foram inventariados oito meios de hospedagem

¹² http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85

¹³ Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

em Belo Oriente, dos quais três encontram-se localizados na zona rural. Somando a infraestrutura dos meios de hospedagem o município possui 132 unidades habitacionais e 330 leitos.

Tabela 8 Meios de Hospedagem em Belo Oriente

Hotel Guanabara	Sítio Campos
	
Village dos Pássaros	Hotel Dona Lilica
	

Hotel Vilas Boas



Hotel Dona Fia



Hotel Brito



Pousada Oriente



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 24 estabelecimentos no segmento de Alimentos e Bebidas que prestam serviços remunerados (Formulário B2).

Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Belo Oriente

Restaurante, Lanchonete e Bar Boas Novas



Restaurante Recanto Mineiro



Paioi Restaurante



Restaurante Tempero Mineiro





Restaurante Uai



Self-Service Fogão à Lenha



Restaurante e Lanchonete Guanabara



Sorveteria Ribeiros





Padaria da Praça



Aero Shake



Restaurante Lilita



Lanchonete e Pizzaria Kaskata





Restaurante Delícia Mineira



Padaria & Confeitaria Dinaldo



Pastel da Praça



Padaria & Confeitaria Ki Delícia





Máfia do Açai



Mega Lanches



Padaria e Confeitaria Vitrine do Pão



Sabor de Casa





Panificadora Bom Gosto



Pizzaria Avenida



Doce Sabor Cafeteria e Lanchonete



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de transporte

No segmento de serviço de transporte turístico, as pesquisas de campo possibilitaram identificar um ponto de táxi no município de Belo Oriente, o qual se situa à rua João Hemétrio de Menezes.

3.2.1.2.4 Agências de turismo

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico.

3.2.1.2.5 Espaço para eventos

Em Belo Oriente foram identificados três espaços que podem ser utilizados para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows ou outros tipos de eventos, a saber: Salão de Festas Venice, Estádio de Belo Oriente e Parque Multifuncional de Belo Oriente.

Tabela 10 Espaço para eventos



Parque Multifuncional de Belo Oriente



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e templos de fé/edificações

Foram inventariados 14 locais e templos de fé em Belo Oriente, a saber:

Tabela 11 Locais e templos de fé de Belo Oriente

Igreja Nossa Senhora da Piedade



Fraternidade Espirita Seiva de Luz





Igreja Cristã Maranata



Igreja Mundial do Poder de Deus



Assembleia de Deus



Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro





Padroeira Nossa Senhora Aparecida



Assembleia de Deus



Igreja Presbiteriana do Brasil



Primeira Igreja Batista



Assembleia de Deus



Deus é Amor



Assembleia de Deus



Igreja Casa da Bênção



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Belo Oriente.

3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

O município possui dois atrativos turísticos naturais, a saber: “Jaqueiras” e a Área de Proteção Ambiental de Belo Oriente.

Jaqueiras: árvore tropical cujo fruto é conhecido como jaca. Nas pesquisas de campo foi possível apurar que duas espécies da referida árvore foram plantadas por volta de 1926, pelos pioneiros da cidade, Balduino Alves de Abreu e sua esposa Carmosinha Camargo. As árvores estão localizadas no centro de Belo Oriente, foram tombadas como patrimônio municipal e são apontadas como símbolos da formação histórica do município, além de ponto de socialização dos moradores.



Figura 8 Imagens das Jaqueiras de Belo Oriente

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Área de Proteção Ambiental - APA de Belo Oriente foi instituída pelo decreto nº 67 de 20/03/2002 e possui uma área total de aproximadamente 18.309 hectares, em seus limites estão grande parte das nascentes de três importantes microbacias - Ribeirão do Galo, Córrego Braúna e Córrego do Bagre - que abastecem o município de Belo Oriente e outras comunidades, como por exemplo, Córrego Fundo, Brauninhas e Bom Jardim

O Plano de Manejo da APA Belo Oriente está em fase de contratação com financiamento da empresa Copasa.



Figura 9 Imagens de Alto do Galo e Cachoeira Escura, atrativos naturais localizados na APA Belo Oriente

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Oriente, 2014

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que,

capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Belo Oriente, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão pública de cultura em Belo Oriente é uma atribuição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, órgão que, se nota, acumula dentre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁴, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

O município ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, não assinou o Acordo de cooperação federativa e não aprovou a lei que cria o Sistema Municipal de Cultura. Dentre as várias competências municipais ainda não realizadas constam a criação do Fundo Municipal de Cultura e a elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Realça-se, também, que o município não tem política cultural estruturada e continuada. A análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁵ realizada pelo IBGE, possibilita perceber que há algumas ações realizadas pontualmente – com recursos próprios - ou mesmo apoiadas pela municipalidade na área cultural.

Àquela época da realização da pesquisa MUNIC/IBGE 2014 foram citadas as seguintes ações: apoio financeiro para a produção de filmes de curta metragem; ações de promoção do livro, leitura e literatura; formação de agentes e mediadores de leitura; concessão de prêmios para fomentar iniciativas da sociedade na área da cultura; apoio a apresentações

14 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

15 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

musicais e festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares; realização de ações culturais específicas para idosos e membros das culturas populares; manutenção de calendário de eventos; e oferta de cursos nas áreas do artesanato e da dança.

3.2.2.1.2 Mecanismos de participação

Conforme dados levantados em pesquisa de campo realizada em 2016, Belo Oriente possui Conselho Municipal de Cultura, criado em 1997. O referido órgão possui caráter deliberativo e representação paritária¹⁶.

Outra instância de participação e controle social da política municipal de cultura existente no município é o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto nº 045/2009. Conforme expresso em seu nome, o referido órgão é deliberativo, e encontra-se ativo, o que se atesta pela documentação entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.

O município nunca realizou conferência de cultura e tampouco participou das conferências estaduais e nacionais, conforme informado pela pesquisa de campo.

3.2.2.1.3 Financiamento e fomento

Conforme apurado em pesquisa de campo, Belo Oriente possui Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei n.º 945/2009, que, entretanto, não está regulamentado. O município não possui Lei de Incentivo à Cultura.

As ações desenvolvidas pela municipalidade no campo da cultura são custeadas com recursos orçamentários próprios ou obtidos em parceria com o Governo Estadual. Nesse sentido, já foram aprovados três projetos no Fundo Estadual de Cultura, sendo dois (2009 e 2012) para apoio à manifestação do Boi Balaio, tradição do distrito de Bom Jesus do Bagre,

16 Apesar das várias solicitações feitas pela equipe da Expressão Sócioambiental à prefeitura de Belo Oriente, não foi enviada a legislação pertinente para comprovação desta informação.

que poderá obter registro como patrimônio cultural imaterial. Outro projeto (2012) foi aprovado para apoio e incentivo ao desenvolvimento do artesanato, também no distrito de Bom Jesus do Bagre.

Foi informado que não é comum a contribuição da iniciativa privada nas ações culturais, tendo sido, contudo, destacada a ação da empresa CENIBRA, instalada no município, especialmente focada em projetos de cidadania e de esportes.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura estão expressos na tabela abaixo, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com os dados informados pela Prefeitura, disponibilizados no portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁷.

Tabela 12 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Belo Oriente 2014-2015

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	82.577.590,00	94.290.425,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	61.414.644,67	63.790.243,40
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	141.540,20	91.781,85
Subfunção Administração Geral	88.236,20	35.083,85
Subfunção Difusão Cultural	53.304,00	56.696,00

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

¹⁷ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Como se vê, constam R\$ 141 mil gastos na função Cultura em 2014, o que corresponde a apenas 0,2% do orçamento municipal anual executado. Deste total cerca de 37% foi destinado à subfunção Difusão Cultural, que custeia a ação, promoção e festividades. O restante foi destinado à subfunção Administração geral.

Já no orçamento de 2015, o valor da função Cultura foi reduzido para menos de R\$ 92 mil, correspondentes a 0,1% do orçamento municipal realizado. Este valor foi distribuído entre as mesmas rubricas do ano anterior, porém, com aumento da proporção aplicada em Difusão Cultural, que representou 62% do total dos gastos com a cultura.

Não foram encontrados recursos destinados para as ações diretas de promoção e proteção do patrimônio e tampouco para manutenção de programas e atividades culturais regulares.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é antagônica à política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

O município de Belo Oriente tem participação irregular na política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁸, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo, o município deixou de apresentar a documentação necessária no exercício 2015, ao passo que para o exercício

18 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

2017 retomou a pontuação, ainda que em níveis inferiores aos que já tinha obtido anteriormente.

Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Belo Oriente 2013-2017

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Belo Oriente	3,75	SI	6,10

Fonte: IEPHA, 2016.

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Belo Oriente 2014-2016

Municípios	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016
Belo Oriente	772,13	SI	SI

Fonte: FJP, 2016.

3.2.2.2 Espaços e equipamentos culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Como o município não havia sido previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural.

3.2.2.2.1 Arquivo público/documentação/biblioteca

O município possui a Biblioteca Pública Municipal de Perpétuo Socorro, instalada em edificação com 113 m², em bom estado de conservação. A referida biblioteca possui um acervo com cerca de dois mil livros, 450 leitores cadastrados e frequência média de 75 leitores por mês (SUB/SEC, 2016).

Em 2013, Belo Oriente, assim como 79,8% dos municípios mineiros, não possuía arquivo público municipal, o equipamento dá suporte à educação e à pesquisa da memória social e da história do lugar (IMRS/FJP).

3.2.2.2 Atrativos culturais

No município foram inventariados dois atrativos culturais:

- Cruzeiro Belo Oriente: esquina da Rua 1º de Março com Av. Brasil;
- Associação Grace: Grupo de Artesãs de Cachoeira Escura, desenvolvido com o apoio da Cenibra e do SEBRAE.

Tabela 15 Atrativos culturais

Associação Grace	Cruzeiro Belo Oriente
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, práticas, grupos, coletivos e entidades culturais

As informações disponíveis na MUNIC 2014 apontam a presença de grupos e artistas no município ligados às manifestações populares, literatura, capoeira e artesanato – nas modalidades de bordado, artesanato em materiais reciclados e culinária.

Na área do artesanato, destaca-se o Grupo de Artesãs de Cachoeira Escura – Grace. Associação formada através de ação da Cenibra e do Sebrae, mediante a realização de

oficinas e a produção de artesanato com reaproveitamento de fibras resultantes do tratamento primário dentro da usina.

Recentemente, foi inaugurada a Casa de Madeira no Parque Multifuncional de Cachoeira Escura, que sediará as ações do Grace e da Associação Crer, iniciativa do Instituto Cenibra em parceria com a Prefeitura e a Associação Beneficente Ágape.



Figura 11 Grupo Grace, de Cachoeira Escura

Fonte: goo.gl/ZI1Y8h

goo.gl/3KKHvo

Na área musical, foram inventariadas duas bandas: a Fundação Artística e Cultural de Belo Oriente, criada em 1990; e a Banda de Música Municipal Canto do Galo, criada em 2011. Esta última foi formada por meio de ação desenvolvida com a parceria entre a Cenibra e a Prefeitura Municipal, tendo em sua composição jovens de 15 a 20 anos, residentes na sede de Belo Oriente e nos distritos de Cachoeira Escura, São Sebastião de Braúnas e Brauninha.



Figura 12 : Banda Canto do Galo

Fonte: goo.gl/WkP7uy

De acordo com informações constantes do sítio da Prefeitura de Belo Oriente, os pratos da culinária típica no município são: costelinha de porco no arroz; galinha caipira no arroz; feijoada mineira; galinha caipira com quiabo; taioba; costelinha de porco com canjiquinha e sopa de banana. Os doces mais apreciados são rapadura, doce de leite, cocada, doce de mamão, mel, rapadura de amendoim, além de queijos e requeijão. Por fim, destaque para as bebidas típicas: cachaça, caipirinha e “trepa moleque”.

Foram identificadas ações de formação isoladas no município, como é o caso das aulas de música - teóricas e práticas -, oferecidas no processo formativo da Banda Canto do Galo, e das feiras e atividades literárias promovidas pela Secretaria de Educação nas escolas.

Outra ação formativa é o projeto Artesanato e Identidade para Bagre, aprovado no Fundo Estadual de Cultura, em 2012, que oferece três oficinas de capacitação em artesanato para 20 moradores do Distrito de Bagre.

Apresentação teatral na Feira Literária, na Escola Antônio Firmino



Figura 13 Apresentação teatral na Feira Literária, na Escola Antônio Firmino

Fonte: goo.gl/t7qwrq

Há também oficinas oferecidas pela Associação Crer, que atende mais de 200 crianças, adolescentes, jovens e idosos com aulas de percussão, violão, flauta doce e de dança. A associação também está realizando atividades na Casa de Madeira, recentemente inaugurada.



Figura 14 Aulas de violão na Casa de Madeira

Fonte: goo.gl/xRk3pw

Pesquisas em fontes de dados secundários também indicam que o município recebe atividades sociais e culturais desenvolvidas pelo Instituto Cenibra, entre elas o Programa Domingo no Parque, realizado mensalmente no Parque Multifuncional de Cachoeira Escura. Em tal Programa são realizadas ações culturais, apresentações e oficinas, entre outras atividades. Nas edições de outubro e novembro de 2016, por exemplo, foram oferecidas oficinas de teatro para adolescentes e apresentação de peças teatrais, além de aulas de vôlei de praia.

Na pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2016, obteve-se a informação sobre a existência do projeto cultural Cordeis do Cafundó, patrocinado pela Cenibra. O projeto contempla espetáculo cênico-musical, oficinas de musicalização e escrita, oficina de literatura de cordel para professores, de modo a instrumentalizá-los a usar o cordel como ferramenta lúdica no aprendizado de matérias como história, geografia, literatura, gramática e arte.

Projeto Cultural Cordeis do Cofundó



Figura 15 Projeto Cultural Cordeis do Cofundó

Fonte: goo.gl/8EtQWH

3.2.2.4 Calendário cultural

Os principais eventos culturais de Belo Oriente são:

- Janeiro – Festa de São Sebastião, no distrito de Braúnas;
- Março – Aniversário da cidade;
- Março – Celebrações de Semana Santa, no Distrito de Perpétuo Socorro;
- Abril – Festa do Boi Balaio, no Distrito de Bom Jesus do Bagre;
- Junho – Corpus Christi, na Sede e no Distrito de Perpétuo Socorro;
- Junho - Festa do Chapéu de Palha, no distrito de São Sebastião de Braúnas;
- Setembro – Festa de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da cidade;
- Setembro – Marujada na sede;
- Outubro – Festa de Nossa Senhora Aparecida, nos distritos de Bom Jesus do Bagre e Perpétuo Socorro;
- Outubro – Marujada, no distrito de São Sebastião de Braúnas.



Figura 16 Tapetes Devocionais de Corpus Christi

Fonte: goo.gl/Nkh6Lp

Cerimônia de Marujada na Festa de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 17 Cerimônia de Marujada na Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/Materia_especifica/6714/Festa-Marujada

Na comunidade Perpétuo Socorro também há várias manifestações culturais, entre elas o Batismo Evangélico - nas águas do rio Doce -, a comemoração do Dia de São Cosme e Damião, o Festival da Mandioca e a Festa do Boi Balaio. Esta última é realizada também no Distrito de Bom Jesus do Bagre há mais de 70 anos e mistura crenças religiosas, cultura e credences populares.



Figura 18 Festa do Boi Balaio

Fonte: http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/Materia_especifica/6715/Festa-Boi-Balaio

Também foi mencionado o Encontro de Cavaleiros, que tem início na Praça das Jaqueiras, em frente à Prefeitura e passa pelas cidades de Mesquita, Joanésia, Braúnas, Dolores de Guanhães, Senhora do Porto e Dom Joaquim, com encerramento - depois de um percurso de cerca de 250 km - na Igreja Matriz do Bom Jesus de Matozinhos, em Conceição do Mato Dentro, onde recebem a benção do pároco local.



Figura 19 Encontro de Cavaleiros

Fonte: http://www.belo Oriente.mg.gov.br/Materia_especifica/6711/Encontro-de-Cavaleiros

A Festa do Chapéu de Palha também é um evento que acontece em Junho no distrito de São Sebastião de Braúnas, com quadrilha de alunos e show de bandas regionais.



Figura 20 Festa do Chapéu de Palha

Fonte: goo.gl/5TqqvK

3.2.2.5 Patrimônio cultural e memória

A legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, representa um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

A proteção ao patrimônio cultural material e imaterial de Belo Oriente foi instituída pela Lei Municipal nº 976/2010. A Lei nº 945/2009 instituiu o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural.

A participação do município no ICMS Patrimônio Cultural tem sido irregular e descontinuada. Entre 2013 e 2017, a pontuação do município decresceu de 6,10 para 3,75, sem ter encaminhado documentação ao IEPHA, para o exercício 2015. Essa pontuação nunca alcançou a média dos municípios mineiros, que é de 7,83 para 2017, e encontra-se muito abaixo da maior pontuação do estado, atribuída a Mariana - 58,50.

Os bens tombados em Belo Oriente são:



- Casa Escola, conhecida como Casa de Cultura, tombada pelo Decreto Municipal nº 01/1997, na categoria patrimonial Bem Imóvel.
- Cruzeiro, tombado pelo Decreto Municipal nº03/1997, na categoria patrimonial Bem Imóvel.
- Árvores Jaqueiras (*Astrocarpus* sp), tombadas pelo Decreto Municipal nº 02/1997, na categoria patrimonial Conjunto Paisagístico.
- Sino da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, tombado pelo Decreto Municipal nº 015/2003, categoria patrimonial Bem Móvel.



Figura 21 Casa Escola

Fonte: Documentação ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, Iepha

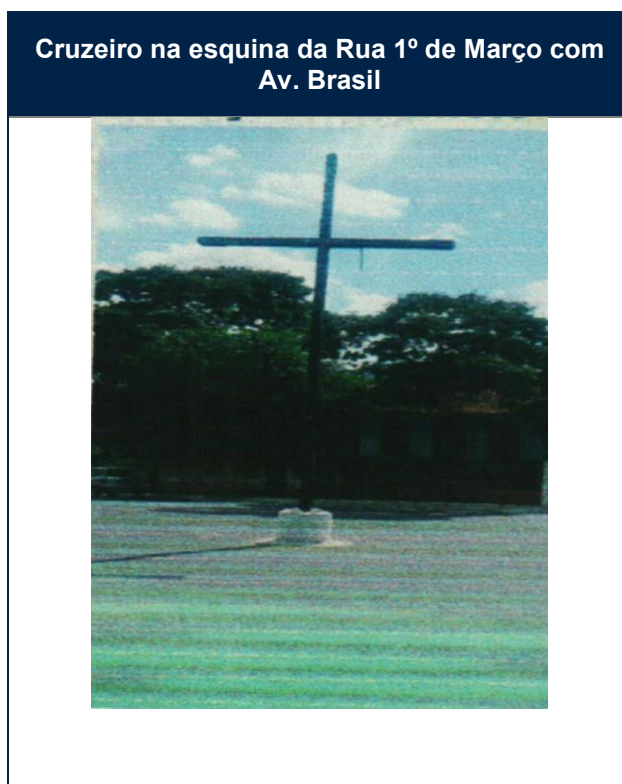


Figura 22 Cruzeiro na esquina da Rua 1º de Março com Av. Brasil

Fonte: documentação ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, Iepha

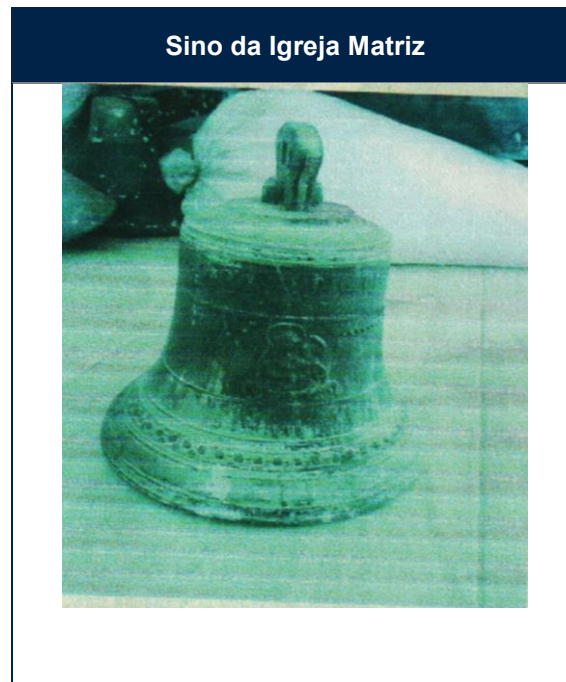


Figura 23 Sino da Igreja Matriz

Fonte: documentação ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017

Conforme indicações do gestor entrevistado, o Córrego Grande, o Corguinho e a Fazenda Esperança representam outros bens culturais do município. Essas informações foram confirmadas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes¹⁹.

Tabela 16 Bens Culturais Município de Belo Oriente

Belo Oriente	Córrego Grande e Corguinho	Lugares	CEDEFES	Quilombola
Belo Oriente	Fazenda Esperança	Lugares	CEDEFES	Quilombola

Fonte: Cedefes

¹⁹ Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede em Belo Horizonte cujo objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Pesquisas em fontes de dados secundários e sítios²⁰ possibilitaram identificar o Projeto Parque de Histórias, patrocinado pela Cenibra, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, em 2016. O projeto objetiva sensibilizar a comunidade para a preservação do patrimônio, além de fortalecer as relações de cidadania e despertar o imaginário cultural de cada localidade. O projeto se desenvolve em territórios educativos, como o Parque Multifuncional, com oficinas de contação de histórias pela artista Raquel Vieira, e educação patrimonial para educadores. Além disso, distribui livro infantil nas escolas da cidade e da região, devendo ser executado até julho de 2017.

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto a cidadania, a identidade cultural e a memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

²⁰ Portal Diário do Aço. http://www.diariodoaco.com.br/ler_noticia.php?id=2581&t=parque-de-historias-em-belo-orient

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Belo Oriente, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

De acordo com o sítio eletrônico da Prefeitura a gestão da política de esporte e lazer é uma atribuição da Gerência de Esporte e Lazer, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Entretanto, durante os trabalhos de campo e construção do inventário do município não foi possível entrevistar o gestor da referida pasta, ou mesmo, outra pessoa que pudesse responder aos questionários acerca deste tema. Além disso, não foi possível obter informações sobre as leis municipais inerentes ao setor, pois as mesmas não estão disponíveis em sítios eletrônicos.

Por essa razão, os dados a serem utilizados para desenvolver esse relatório serão pautados em informações secundárias obtidas pela Secretaria de Estado de Esportes e Fundação João Pinheiro, bem como, informações obtidas na construção do INVTUR.

Ainda que a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, não foram encontradas quaisquer informações sobre a implementação de Plano Municipal de Esporte e Lazer pela Prefeitura Municipal de Belo Oriente.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme dados da Secretaria de Estado de Esportes, o município possui Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 962 de 2010. No entanto, o mesmo encontra-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Não se obteve informações sobre a existência de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer em Belo Oriente, e de legislações municipais de incentivo ao Esporte e/ou Lazer, tampouco, se existe dotação orçamentária específica destinada às políticas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²¹ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS de “Esporte e Lazer” apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Belo Oriente nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,5% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2% (FJP, 2013). O que representa um aumento de 0,3% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, projetos e práticas

Dados da Secretaria de Estado de Esportes apontaram que o município de Belo Oriente tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2015, a Associação Ajudôu teve o projeto Futebol Minas pela Paz - Núcleo Belo Oriente aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2015. Entretanto, até o ano

²¹ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

de 2016 a instituição proponente não tinha conseguido captar o recurso financeiro necessário e, por isso, o projeto não havia sido executado.

Conforme citado anteriormente, em Belo Oriente não foi possível entrevistar o gestor responsável pela pasta, dessa maneira não foi possível saber quais são as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²², integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “a participação do governo municipal de Belo Oriente, com índice 3 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer”. (FJP, 2013)

Belo Oriente não obteve pontuação no ICMS Solidário – Critérios Esportes no período avaliado, ano base 2015, visto que o Conselho Municipal de Esportes encontra-se cadastrado, porém inativo. (Minas Gerais, 2016)

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo. (Minas Gerais, 2016)

22 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

3.2.3.2 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer

O município possui sete espaços e equipamentos de esporte e/ou lazer que são ponto de encontro da comunidade para recreação, lazer, festas, eventos e atividades físicas, esportivas, escolares e culturais:

- Ginásio Poliesportivo de São Sebastião de Braúnas;
- Praça Nossa Senhora da Piedade;
- Ginásio Poliesportivo Francisco Gonçalves de Brito;
- Estádio Municipal Jurandir Ferreira;
- Praça do bairro Novo Oriente;
- Parque Multifuncional;
- Praça José Ramalho da Silva.

Tabela 17 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer

Ginásio Poliesportivo de São Sebastião de Braúnas	Praça Nossa Senhora da Piedade
	

Ginásio Poliesportivo Francisco Gonçalves de Brito



Estádio Municipal Jurandir Ferreira



Praça do bairro Novo Oriente



Parque multifuncional





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Diagnóstico de Comunidade Rural Próxima ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou uma comunidade rural no município de Belo Oriente, que se situa próxima ao rio Doce e está representada pela Figura 24 a seguir.



Figura 24 Mapa de localização da comunidade de Pépetuo Socorro

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.1 Comunidade Perpétuo Socorro

Perpétuo Socorro, também conhecido como Cachoeira Escura, pertence ao município de Belo Oriente. Foi elevado à categoria distrito pela Lei Nº 2.764 de 30 de dezembro de 1962, mesma lei que elevou Belo Oriente a Município. (Barbosa, 1996)

A população em 2010 era de 8.823 habitantes, o que representa cerca de 40% da população total do município, e a densidade demográfica de 135,4 habitantes/km². A área total é de 65,2 km². (IBGE, CENSO 2010).

A comunidade dista 15 km da sede do município e, devido a sua extensão territorial e ao contingente populacional, a comunidade possui boa infraestrutura como escolas públicas da rede municipal e estadual, estádio de futebol, hotel, praças, igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, associação de moradores, espaço para realização de shows e eventos, Parque Multifuncional e a Estação Ferroviária Frederico Sellow do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas da empresa Vale.

O rio Doce está a 550 metros do distrito e é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista que este é o único local para a captação de água utilizada para o consumo dos moradores. Ademais da captação de água, o rio é importante atrativo para atividades de lazer, como a natação nas praias do rio Doce, a pesca esportiva e a travessia de balsa.

Outro importante atrativo natural da região, localizado na comunidade, é a cachoeira escura que devido ao grande volume de água e quantidade de peixes, atrai número expressivo de turistas.

Dentre as manifestações culturais e religiosas celebradas pela comunidade está a comemoração do Dia de São Cosme Damião, Festival da Mandioca, Festa do Boi Balaio e a realização de Batismos, atinentes à religião evangélica, realizados no rio. Não foi mencionado na entrevista a existência de equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer.

3.4 Clipping de notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²³, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁴. As taxonomias utilizadas foram: I) Belo Oriente E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Belo Oriente E barragem de Fundão.

Para Belo Oriente a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 18 Clipping de notícias – Belo Oriente

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Atingida pela lama da Samarco não tem água, luz e verba para se manter	16/03/16	Tragédia Anunciada	goo.gl/QDMSU4	Nacional	Negativo
Impasse de abastecimento de água em Cachoeira Escura continua após reunião com ALMG	11/03/16	EM Minas Gerais	goo.gl/Z9J7QY	Regional	Negativo
Setur-MG repassa \$250 mil para municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão	21/01/16	MG Turismo	goo.gl/am6JBd	Regional	Positivo
Justiça manda Samarco fornecer água	25/02/16	Uol Notícias	goo.gl/624APA	Nacional	Neutro

²³ goo.gl/46bXSx

²⁴ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

para fábrica que capta do Rio Doce					
------------------------------------	--	--	--	--	--

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas, destacando-se a questão do abastecimento de água após o Evento. A primeira notícia, vinculada no site Tragédia Anunciada²⁵, relata a história de uma moradora que vive entre a margem do rio Doce, no distrito de Cachoeira Escura no município de Belo Oriente. O sítio destaca que a moradora pescava no rio Doce e que desde o rompimento da barragem a moradora encontra-se impedida de utilizar a água do rio e do poço artesanal que também foi contaminado e “era sua única fonte de água até então”. A notícia endossa o tom crítico em usar termos como “vulnerabilidade”, “assistência do Estado” aos problemas ligados ao abastecimento de água, verifica-se reforço no posicionamento.

O sítio do jornal Estado de Minas ²⁶ fez matéria sobre reunião que aconteceu na ALMG entre representantes da empresa Samarco e integrantes do MAB. De acordo com a reportagem a reunião era para tratar de desobstrução do tráfego nas linhas férreas de propriedade da Vale, no distrito de Cachoeira Escura, que pertence ao município de Belo Oriente. O jornal entrevistou integrante da coordenação do MAB que relatou: “estão ficando doente em razão da água contaminada” e o compromisso que a Samarco firmou nesse encontro foi de acelerar o projeto que propõe uma nova captação alternativa da água.

O sítio MG Turismo ²⁷ noticiou que a Secretaria de Turismo assinou convênio com os circuitos Mata Atlântica de Minas, Circuito do Ouro e Trilhas do Rio Doce que tiveram municípios atingidos direta ou indiretamente pelo Evento. A intenção é que com esta ação a imagem dos municípios afetados seja recuperada.

25 goo.gl/QDMSU4

26 goo.gl/Z9J7QY

27 goo.gl/am6JBd

Belo Oriente foi mencionado, portanto, em um contexto no qual outros municípios como Rio Doce, Tumiritinga, Governador Valadares também fazem parte de uma força tarefa. Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico desta notícia, que enfatiza a importância da recuperação dos municípios impactados.

A notícia vinculada no sítio UOL Notícias²⁸ relata que a justiça determinou à Samarco que forneça água a uma empresa fabricante de celulose situada em Belo Oriente “água no volume e qualidade suficientes para o funcionamento da empresa”. Devido ao alto índice de turbidez da água a empresa parou seu funcionamento por 15 dias. Entre esses efeitos, a matéria pontua que a empresa ajuizou uma ação para tentar reverter os danos causados à sua produção. Por outro lado, a Samarco não se posicionou sobre a decisão.

Das notícias presentes na amostra, verifica-se que, de modo geral todas se reportam ao município. A primeira menciona Belo Oriente através do relato de uma moradora objetivando assim, os problemas enfrentados por ela em decorrência da poluição do rio. Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico desta notícia, que enfatiza os problemas associados ao abastecimento da água e as conseqüentes repercussões para a produção agrícola e para os moradores do distrito de Cachoeira Escura.

Porém, é interessante perceber que a segunda notícia traz um acordo entre a empresa e instituições públicas que visam recuperar a imagem dos municípios atingidos. Finalmente, a última notícia refere-se diretamente ao município, isso significa dizer que ao contrário dos outros veículos a primeira e a última matéria sendo de conteúdo negativo sugere que a proporção do impacto na imagem é ainda maior.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²⁹ resultante do texto das notícias descritas e analisadas. Nela pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Samarco”, “atingido”, “rio”, “Vale”, e “empresa”. Tratam-se de termos predominantemente neutros.

²⁸ goo.gl/624APA

²⁹ Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.



Outros como “lama”, “rompimento” e “rejeito”, menos frequentes, marcam o tom crítico das matérias.



Figura 25 Nuvem de termos referente ao Clipping de Belo Oriente

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

É interessante destacar que a alta frequência do termo “Atingido” se coaduna com a análise acima realizada, que enfatiza a relevância dos problemas ligados à poluição do rio Doce. Ainda que tenham sido encontrados termos essencialmente negativos, a exemplo de “desastre”, observa-se que o mesmo não é dominante.

Sendo assim, a partir da nuvem de termos e do *clipping* de notícias, observa-se que o impacto na imagem do município foi, em geral, negativo.

3.5 Textos acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Belo Oriente é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo³⁰, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³¹ e a Onda Política³² as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³³ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁴, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

30 goo.gl/hBGDKp

31 goo.gl/BcEHVc

32 goo.gl/x1VYhC

33 Organização Não Governamental

34 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 19 Síntese de citações

Município de Belo Oriente		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/1TTPL2	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/pITJEn	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

No quadro acima, é possível observar que o município de Belo Oriente foi mencionado em uma publicação do recorte. Em “PoEMAS³⁵ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁶, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁷.

35 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

36 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

37 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁸. No documento, observa-se que a primeira menção a Belo Oriente se trata de uma listagem³⁹. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce⁴⁰.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Belo Oriente a partir da análise da produção acadêmica pode ser considerado *médio para baixo* em termos de duração, severidade e abrangência.

38 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

39 Página 55.

40 Página 62.



Síntese

4 Síntese - potencialidades e fragilidades observadas

4.1 Turismo

Infere-se que o turismo ainda é incipiente no município, faltando estruturas básicas organizacionais, principalmente da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

As diretrizes nacional e estadual considera que detalhar, estruturar e implementar o Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo, o Fomento da atividade turística e o ICMS turístico são atividades primordiais para o planejamento do turismo regional. Dentro dessa perspectiva tem-se que a estrutura de gestão no município está estabelecida, entretanto, não conta com Plano Municipal de Turismo e nem dispõe de legislação de incentivo ao Turismo, o que poderia agregar uma forma de estímulo à atividade.

As principais potencialidades do município são os atrativos turísticos existentes, conforme apresentado no diagnóstico, mas que podem ser mais bem trabalhados pela ótica do turismo. Já em relação às principais fragilidades, diagnosticou-se que a população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo e que a oferta de infraestrutura e equipamentos básicos do setor, embora existente e que atende a demanda atual, pode ser mais bem qualificada.

4.2 Cultura

Belo Oriente apresenta intensa atividade cultural com número significativo de ações, eventos e projetos ao longo do ano, promovidos tanto pelo setor público quanto pela iniciativa privada. Entretanto, é possível afirmar que a política cultural em Belo Oriente ainda não se encontra estruturada de forma sistêmica e continuada.

Destaca-se o potencial de elevação da pontuação do município junto ao ICMS Patrimônio Cultural, caso sejam cumpridas as ações definidas pelo IEPHA, o que significará aumento

de recursos para investimento nas políticas de cultura e patrimônio e a implementação de uma política de preservação mais efetiva e participativa.

O Instituto Cenibra representa um parceiro importante para a realização de ações tanto do poder público quanto da iniciativa privada propostas no município, pois apoia projetos nas áreas de educação ambiental e patrimonial, cultura, esporte e desenvolvimento social.

É fundamental que o município realize a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e implemente o Sistema Municipal de Cultura, com todos seus componentes, de forma a estruturar sua política cultural, incrementar e fortalecer a ação cultural local, e garantir a democratização da cultura para a população belo-orientina.

4.3 Esporte e Lazer

Belo Oriente apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer. Conforme apresentado no diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

Foram encontradas informações quanto à participação deste município em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais e Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, entretanto, a instituição proponente do projeto aprovado neste programa ainda não captou os recursos financeiros necessários, e o mesmo ainda não foi executado.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local encontra-se inativo, impedindo assim, a participação no ICMS Solidário – Critério Esportivo, o qual permitiria consequentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a não existência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como, de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer. Não foi possível obter informações quanto à existência de dotação orçamentária específica para a promoção, o fomento e o apoio de suas ações e programas.

Através do levantamento de campo para o desenvolvimento do inventário turístico, percebe-se que o município apresenta alguns equipamentos que podem ser utilizados para a promoção de atividades esportivas e de lazer.

E ainda, a partir do diagnóstico desenvolvido foi possível observar que a reestruturação das prioridades da política municipal, a qualificação profissional dos agentes públicos, além da ampliação dos investimentos em equipamentos e programas e projetos de Esporte e Lazer destinados à comunidade são medidas necessárias para o fomento das ações deste setor, proporcionando assim, a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 20.

Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 21 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											

Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 26 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 26 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo, a seguir:

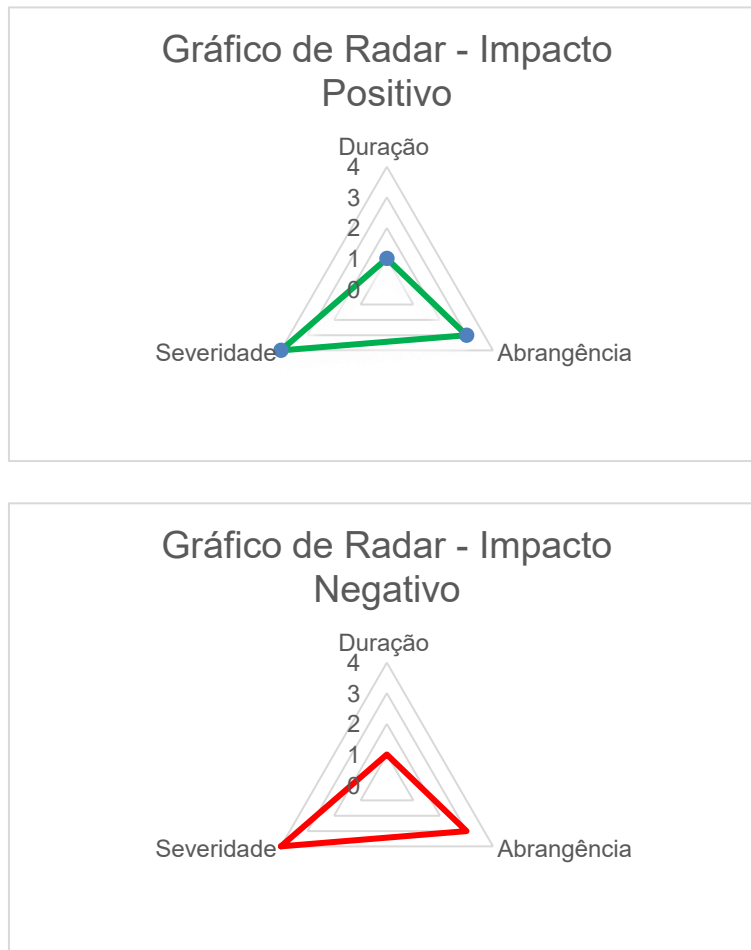


Figura 27 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 28 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade				
		1	2	3	4	
Níveis de Magnitude	4					<div style="background-color: #008000; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto pouco significativo <div style="background-color: #ffff00; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto significativo <div style="background-color: #f4a460; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto muito significativo <div style="background-color: #ff0000; width: 20px; height: 15px;"></div> Impacto crítico
	3					
	2					
	1					

Figura 28 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.



Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto na imagem do município

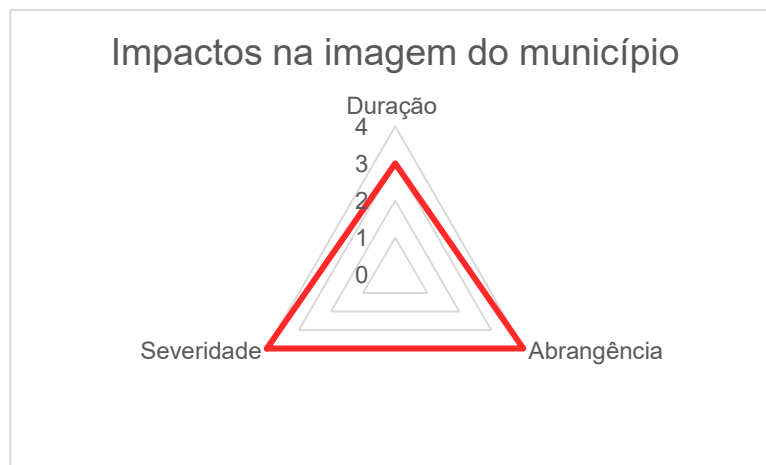
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado também a ciência.

A presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Belo Oriente. Para tanto, foi elaborado um *clipping* de notícias e um recorte amostral de artigos científicos, conforme exposto na seção de Diagnóstico.

Conforme exposto na seção de diagnóstico, os resultados da pesquisa no google com as taxonomias definidas para Belo Oriente geraram várias matérias, que tratam particularmente do comprometimento do abastecimento em Cachoeira Escura (Pertéuo Socorro) e marcadas pelo tom negativo do Evento de rompimento da barragem de Fundão, seja em relação aos seus fatores geradores ou às suas consequências.

Considerados os aspectos supramencionados avalia-se que o efeito da repercussão do Evento de rompimento da barragem de Fundão nas mídias e no meio acadêmico sobre a imagem do município é negativo e direto. Além disso, considera-se que ele é abrangência regional (4), tendo em vista que há repercussão significativa, de longa duração (3), já que seus efeitos deverão ser sentidos por um período de até 5 anos, e de alta severidade (4).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é crítico (4).

5.2.2 Impacto econômico no setor de turismo

- Meios de hospedagem

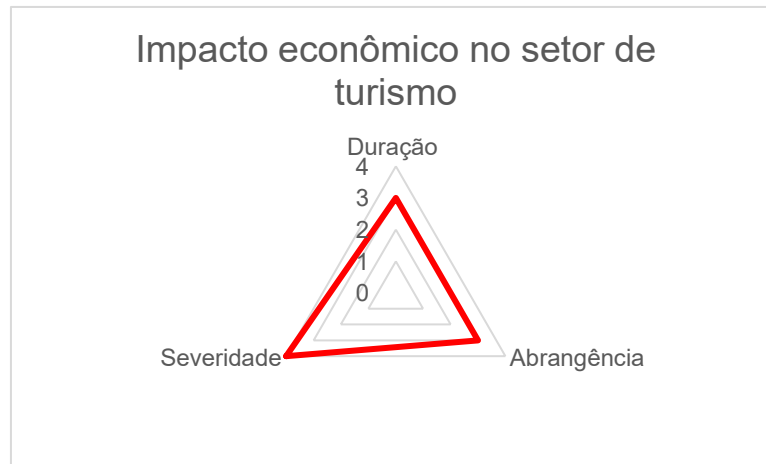
Dois empreendimentos de hospedagem sinalizaram impacto em suas atividades após o Evento, sendo um localizado na zona urbana e outro na zona rural. O representante do hotel localizado na zona urbana afirmou que o estabelecimento foi impactado diretamente pois o abastecimento de água foi comprometido sendo necessário a perfuração de um poço artesiano o que, segundo ele, influenciou na arrecadação através de produtos e serviços do turismo. Porém, o mesmo entrevistado informou que houve um aumento no número de hóspedes em decorrência do número de empresas contratadas pela Samarco que estão na região. A pessoa responsável pela pousada na zona rural apontou diminuição no número de hóspedes e afirma que antes do rompimento da barragem havia uma pequena praia de areia clara junto ao empreendimento que era utilizada para lazer e prática de pesca amadora e que depois do Evento foi ocupada por lama e mato.

- Alimentos e bebidas

Seis gestores de estabelecimentos de Alimentos e Bebidas apontaram impactos relacionados ao rompimento da barragem: cinco associam os impactos ao abastecimento de água, sinalizando interrupção de fornecimento ou questionando a qualidade da mesma, um informa que uma plantação de cenouras que abastecia o empreendimento foi afetada. Além do mais, quatro entrevistados afirmaram que necessitaram perfurar poços artesianos para a normalização do abastecimento de água potável e que houve diminuição no número de clientes após o Evento. Por fim, um empreendedor afirma que houve aumento na desconfiança dos clientes em relação à qualidade da água em que os alimentos são preparados, enquanto outro diz que os pescadores locais foram afetados o que contribuiu para diminuição no fornecimento de peixes.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente relacionado ao Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se a sua severidade como alta (4), em razão da drástica alteração sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Em função da abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como crítico (4).

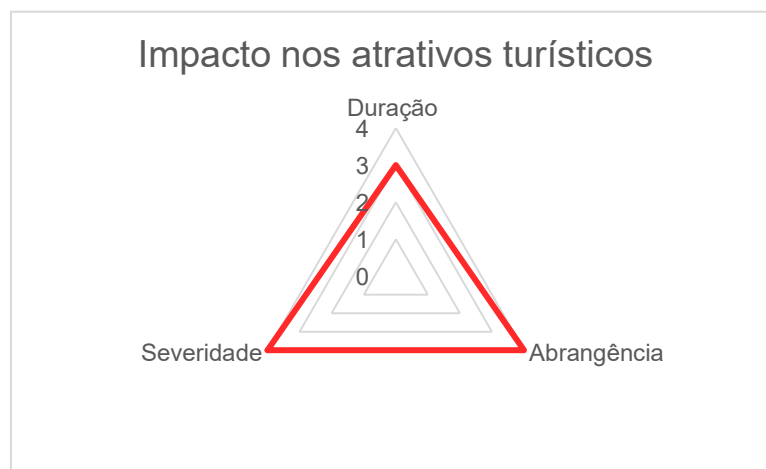
5.2.3 Impacto nos atrativos turísticos

Dois entrevistados que tratavam de potenciais atrativos turísticos sinalizaram impactos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. A pessoa responsável pela Associação Grace informou que, devido ao Evento de rompimento da barragem, a exposição cultural que aconteceria dentro das instalações da Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira S/A) foi cancelada. Outro entrevistado afirmou que a água que abastecia o distrito de Cachoeira Escura foi contaminada pelos rejeitos presentes no rio Doce, além da praia aí existente ter sido afetada pela lama.

Com base no que se expôs acima considera-se o impacto em tela como de natureza negativa; diretamente originado do rompimento da barragem de Fundão; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de

abrangência regional (4), considerando que afeta os frequentadores oriundos inclusive de outros municípios da região. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia.

Gráfico 4 Impacto nos atrativos turísticos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica (4) a significância deste impacto.

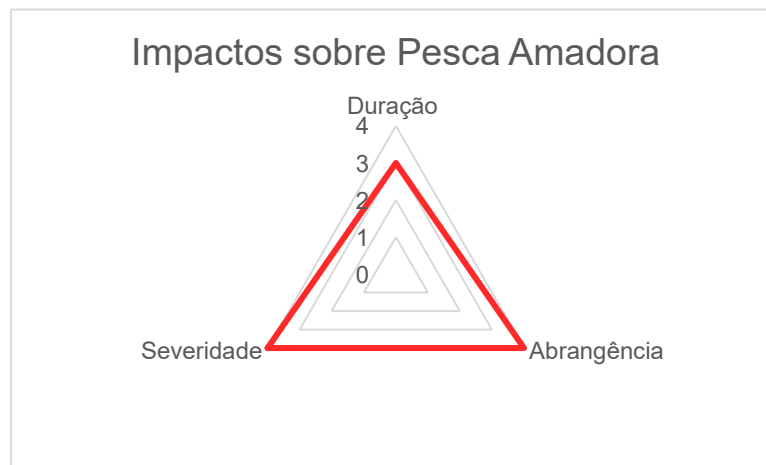
5.2.4 Pesca amadora

A pesca amadora era considerada uma das principais atividades de lazer do município, inclusive com a participação de pessoas de toda a região. O Evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio, os quais ficaram em grande parte depositados na calha do rio Doce.

Os moradores e ribeirinhos desta região, entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o Evento e que só agora, um ano após o acidente, pouquíssimas pessoas arriscam em retomar a atividade de lazer impactada. Foi informado que o turismo de pesca amadora, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região. O maior receio é que os peixes estejam contaminados com metais pesados advindos do rejeito da barragem rompida. Além disso, a pequena abundância dos peixes sobreviventes não atrai a atenção dos pescadores.

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua magnitude é regional (4) e sua severidade alta (4), já que o Evento alterou completamente o cotidiano local relativo a esta atividade de lazer.

Gráfico 5 Impacto sobre a Pesca Amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.5 Impactos sobre comunidade

- Pérpetuo Socorro (Cachoeira Escura)

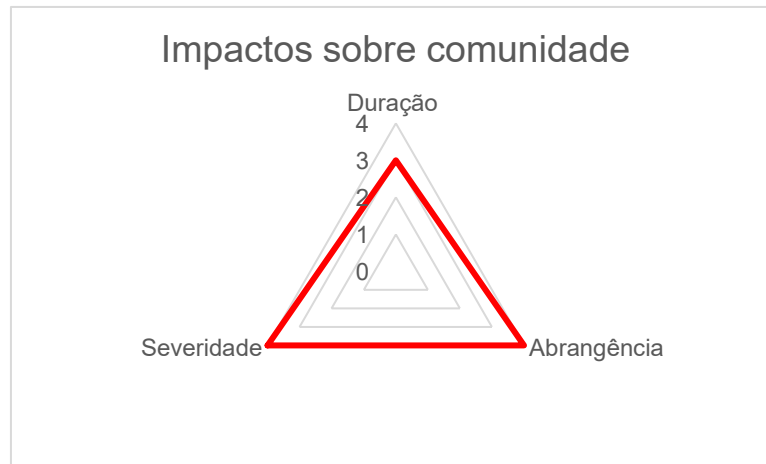
O rompimento da barragem de Fundão ocasionou alterações em costumes locais, ao interferir nas relações com o espaço e com o tempo, histórica e culturalmente construídas pelos moradores de Belo Oriente, em especial na comunidade de Cachoeira Escura.

Houve alterações importantes nos costumes, tradições e modos de vida locais devido aos impactos do Evento. Os problemas associados ao abastecimento de água levou os residentes a alterarem seus hábitos de consumo e formas de captação de água. Os moradores foram privados de suas mais significativas modalidades de lazer associadas ao rio (nadar, pescar) e de dar continuidade à realização de atividades culturais tradicionais nos cursos d'água e imediações, tais como celebrações, rituais, encontros de lavadeiras, banhos coletivos, de pescar e até de contemplar o curso do rio. O uso da balsa para atravessar o rio também foi prejudicado e o número de turistas diminuiu consideravelmente, já que houve impacto no acesso aos espaços e equipamentos culturais e turísticos, especificamente no acesso à prainha, diretamente afetada pela lama.

A parte impactada mais importante da comunidade é a memória afetiva e simbólica do rio, expresso como "a água é vida e a tristeza da situação é que o rio Doce acabou, está morto."

A análise das características do impacto possibilita categorizá-lo como de natureza negativa, de origem direta em relação ao rompimento da barragem, e de longa duração (3), já que a recomposição desses ambientes naturais requererá mais de cinco anos. Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta atrativos turísticos locais, acessados por pessoas da região. Em termos de severidade, este impacto foi avaliado como alto (4), já que o Evento afetou o ambiente e a paisagem fruída pela população local e regional.

Gráfico 6 Impactos sobre comunidade



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

Tabela 22 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto na imagem do município	Veiculação de notícias e artigos científicos	IN	ID	4	3	4	4	Recuperação da Estrutura Afetada Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto econômico no setor de turismo	Meios de hospedagem	IN	ID	3	3	4	4	Ações de Capacitação e	1	2	1

	Alimentos e bebidas								Promoção do Turismo			
Impacto sobre atrativos turísticos	Exposição Prainha	IN	ID	3	4	4	4		Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	2	1
Impacto sobre a pesca amadora	Pesca	IN	ID	3	4	4	4		Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Impacto sobre comunidade	Cachoeira Escura	IN	ID	3	4	4	4		Ações de Requalificação Ambiental Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	2	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em Belo Oriente

Nome	Nome do órgão/setor
Gisele Evangelista	Gerente de Turismo
Tatiane de Melo dos Santos	Gerente de Cultura

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 24 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012.

DISPONÍVEL

EM:[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. BELO ORIENTE [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL BELO ORIENTE IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, FISCALIZANDO COM O TCE, DISPONÍVEL
EM:[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/). ACESSO EM 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/).

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE BELO
ORIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-
ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11 2016.



SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.beloorientemg.gov.br/>

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.